

Águas de Timon Saneamento S.A.

**Demonstrações financeiras em 31
de dezembro de 2017 e 2016**

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	3
Balanco patrimonial	6
Demonstração do resultado	7
Demonstração do resultado abrangente	8
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	9
Demonstração dos fluxos de caixa	10
Notas explicativas às demonstrações financeiras	11



KPMG Auditores Independentes
Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105, 6º andar - Torre A
04711-904 - São Paulo/SP - Brasil
Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo/SP - Brasil
Telefone +55 (11) 3940-1500, Fax +55 (11) 3940-1501
www.kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Acionistas e Administradores da
Águas de Timon Saneamento S.A.
Timon - MA

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Águas de Timon Saneamento S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Águas de Timon Saneamento S.A. em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa



base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.



Comunicamo-nos a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 27 de abril de 2018

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6

Anselmo Neves Macedo
Contador CRC 1SP160482/O-6

Daniel Aparecido da Silva Fukumori
Contador CRC 1SP245014/O-2

Águas de Timon Saneamento S.A.

Balanco patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de Reais)

Ativos	Nota	2017	2016	Passivos	Nota	2017	2016
Caixa e equivalentes de caixa	4	161	138	Fornecedores e empreiteiros	10	2.752	2.385
Aplicações financeiras	5	829	5.354	Debêntures	11	-	964
Contas a receber de clientes	6	6.351	4.068	Obrigações trabalhistas e sociais	12	961	1.008
Estoques		772	672	Obrigações fiscais		219	182
Impostos a recuperar		208	270	Outras contas a pagar	13	4.060	535
Adiantamento a fornecedores	7	1.647	3.234	Total do passivo circulante		7.992	5.074
Outros créditos		352	125				
Total do ativo circulante		10.320	13.861				
				Debêntures	11	-	55.263
Contas a receber de clientes	6	834	427	Contas correntes a pagar para partes relacionadas	8	70.140	13.792
Ativo fiscal diferido	20	5.800	5.020	Provisão para contingências	14	7	25
Depósitos judiciais	14	2	-	Outras contas a pagar	13	2.647	5.304
				Total do passivo não circulante		72.794	74.384
Total do realizável a longo prazo		6.636	5.447				
				Patrimônio líquido	15		
Intangível	9	65.487	59.957	Capital social		15.573	10.573
				Prejuízos acumulados		(13.916)	(10.766)
Total do ativo não circulante		72.123	65.404	Patrimônio líquido		1.657	(193)
				Total do passivo		80.786	79.458
Total do ativo		82.443	79.265	Total do passivo e patrimônio líquido		82.443	79.265

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Águas de Timon Saneamento S.A.

Demonstração do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de Reais)

	Nota	2017	2016
Receita operacional líquida	16	30.336	46.079
Custos dos serviços prestados	17	<u>(17.998)</u>	<u>(40.073)</u>
Lucro bruto		<u>12.338</u>	<u>6.006</u>
Despesas de vendas, administrativas e gerais	18	(10.146)	(9.511)
Outras receitas operacionais		<u>-</u>	<u>148</u>
Resultado antes do resultado financeiro e impostos		<u>2.192</u>	<u>(3.357)</u>
Receitas financeiras	19	1.568	2.115
Despesas financeiras	19	<u>(7.690)</u>	<u>(8.709)</u>
Resultado financeiro		<u>(6.122)</u>	<u>(6.594)</u>
Resultado antes dos impostos		<u>(3.930)</u>	<u>(9.951)</u>
Imposto de renda e contribuição social	20	<u>780</u>	<u>3.122</u>
Prejuízo do exercício		<u><u>(3.150)</u></u>	<u><u>(6.829)</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Águas de Timon Saneamento S.A.

Demonstração do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de Reais)

	2017	2016
Prejuízo do exercício	<u>(3.150)</u>	<u>(6.829)</u>
Outros resultados abrangentes	<u>-</u>	<u>-</u>
Resultado abrangente total	<u><u>(3.150)</u></u>	<u><u>(6.829)</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Águas de Timon Saneamento S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de Reais)

	Nota	Capital social	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2016		<u>1.773</u>	<u>(3.937)</u>	<u>(2.164)</u>
Aumento de capital social	15	8.800	-	8.800
Prejuízo do exercício		<u>-</u>	<u>(6.829)</u>	<u>(6.829)</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2016		<u>10.573</u>	<u>(10.766)</u>	<u>(193)</u>
Aumento de capital social	15	5.000	-	5.000
Prejuízo do exercício		<u>-</u>	<u>(3.150)</u>	<u>(3.150)</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2017		<u><u>15.573</u></u>	<u><u>(13.916)</u></u>	<u><u>1.657</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Águas de Timon Saneamento S.A.

Demonstração dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de Reais)

	Nota	2017	2016
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Resultado antes dos impostos	20	(3.930)	(9.951)
Ajustes para:			
Amortização	9, 17 e 18	2.668	1.629
Resultado na baixa de intangível	9	-	4.304
Juros sobre debêntures	11 e 19	5.958	7.241
Amortização do custo de captação	11 e 19	678	379
Juros sobre aplicações financeiras	5 e 19	(379)	(1.728)
Ajuste a valor presente de clientes	6 e 19	13	92
Provisão para contingências	14 e 18	135	25
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	6 e 18	58	639
Baixa de títulos do contas a receber	6 e 18	946	1.870
Provisão para bônus diretoria	8	1.116	-
		<u>7.263</u>	<u>4.500</u>
Variações nos ativos e passivos			
(Aumento) / Diminuição dos ativos			
Contas a receber de clientes		(3.707)	(3.736)
Estoques		(100)	(193)
Impostos a recuperar		254	26
Adiantamento a fornecedores		1.587	(2.882)
Depósitos judiciais		(2)	-
Outros créditos		(227)	(107)
Aumento / (Diminuição) dos passivos			
Fornecedores e empreiteiros		367	638
Obrigações trabalhistas e sociais		(47)	310
Obrigações fiscais		37	(251)
Pagamentos de contingências	14	(153)	-
Outras contas a pagar		(248)	(14.512)
Juros pagos	11	<u>(8.013)</u>	<u>(7.786)</u>
Fluxo de caixa líquido usado nas atividades operacionais		<u>(2.989)</u>	<u>(23.993)</u>
Fluxo de caixa de atividades de investimento			
Aplicações financeiras		4.712	26.447
Aquisição de intangível	9	<u>(8.048)</u>	<u>(25.003)</u>
Fluxo de caixa líquido proveniente das (usado nas) atividades de investimento		<u>(3.336)</u>	<u>1.444</u>
Fluxo de caixa de atividades de financiamento			
Debêntures pagas	11	(55.000)	-
Conta corrente líquida partes relacionadas		56.348	22.592
Aumento de capital social	15	<u>5.000</u>	<u>-</u>
Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades de financiamento		<u>6.348</u>	<u>22.592</u>
Aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa		<u>23</u>	<u>43</u>
Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro		138	95
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro	4	<u>161</u>	<u>138</u>
Aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa		<u>23</u>	<u>43</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

A Águas de Timon Saneamento S.A. (“Companhia”) é uma sociedade anônima de capital fechado com sede na cidade de Timon, Maranhão. A Companhia foi constituída em 21 de janeiro de 2015 com a denominação de Águas de Timon Saneamento Ltda. Em 30 de junho de 2015, houve a transformação de sociedade limitada para sociedade por ações e alteração da razão social para a atual. A Companhia iniciou efetivamente suas operações em maio de 2015 de acordo com o Contrato de Concessão firmado com a Prefeitura Municipal de Timon, obtido mediante participação de concorrência pública nº 004/2014 e processo licitatório nº 036/2014.

O objeto do referido contrato de concessão consiste na prestação dos serviços públicos de abastecimento de água, coleta e tratamento de esgoto sanitário, em caráter de exclusividade, obedecida a legislação vigente e outras disposições, outorgados pelo município de Timon, Estado do Maranhão, sob o regime de concessão, pelo prazo de 30 anos.

O contrato e seus aditivos, preveem valores referenciais para o cumprimento dos marcos contratuais do plano executivo de investimentos até o final da concessão em R\$ 206.583.

Os principais marcos contratuais assumidos são: (i) manter os níveis de atendimento dos serviços prestados de abastecimento de água em 100% da população; (ii) atingir 20% da cobertura dos serviços de coleta e tratamento de esgoto a partir de 2018, em 2019 atingir 40%, 2020 atingir 50%, 2021 atingir 60% mantendo até 2022, 2023 atingir 80%, 2024 deverá atingir a meta de 100% e manter esse índice até o final da concessão; (iii) reduziu os índices de perdas em 2017 para 50%, reduzir em 2018 para 45%, 2022 para 36%, 30% de 2025 até o final da concessão.

2 Base de preparação

a. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP).

A emissão das demonstrações financeiras da Companhia foi autorizada pela Administração em 27 de abril de 2018.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

b. Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

c. Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no exercício a findar-se em 31 de dezembro de 2018 estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota explicativa nº 6 - reconhecimento e mensuração de provisões para crédito de liquidação duvidosa;
- Nota explicativa nº 9 - definição de vida útil do ativo intangível;
- Nota explicativa nº 14 - reconhecimento e mensuração de provisão para contingências: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos;
- Nota explicativa nº 16 - reconhecimento de receita; e
- Nota explicativa nº 20 - reconhecimento de ativos e passivos fiscais diferidos.

d. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto aqueles itens mensurados ao valor justo por meio do resultado.

3 Principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras.

a. Receita operacional

(i) *Contratos de concessão de serviços*

A receita relacionada aos serviços de construção ou melhoria sob o contrato de concessão de serviços é reconhecida baseada no estágio de conclusão da obra realizada, consistente com a política contábil para o reconhecimento de receita sobre contrato de concessão que está baseada na Interpretação Técnica nº 01 (R1) do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - Contratos de Concessão e no Pronunciamento Técnico nº 17 (R1) do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - Contratos de Construção.

Receita de operação ou serviço é reconhecida no exercício no qual os serviços são prestados. Quando a Companhia presta mais de um serviço em um contrato de concessão de serviços, a remuneração recebida é alocada por referência aos valores justos relativos aos serviços entregues.

(ii) *Serviços de abastecimento de água e esgoto*

A receita relacionada ao serviço de abastecimento de água e esgotamento sanitário é reconhecida por ocasião da medição do consumo de água.

(iii) *Outros serviços indiretos de água*

A receita de outros serviços indiretos de água refere-se a prestação de serviço de instalações de hidrômetros e ligação e religação de água é reconhecida no período no qual os serviços são prestados.

b. Instrumentos financeiros

(i) *Ativos e passivos financeiros não derivativos - reconhecimento e desreconhecimento*

A Companhia reconhece os empréstimos e recebíveis inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos na data da negociação, que é a data na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida em tais ativos financeiros transferidos é reconhecida como um ativo ou passivo separado. A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando suas obrigações contratuais são retiradas, canceladas ou expiradas.

Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tem o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

(ii) *Ativos financeiros não derivativos - mensuração*

Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação, ou designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Esses ativos são mensurados pelo valor justo, e mudanças no valor justo, incluindo ganhos com juros e dividendos, são reconhecidas no resultado do exercício.

Empréstimos e recebíveis

Esses ativos são mensurados inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são mantidos pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.

Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e bancos.

(iii) Passivos financeiros não derivativos - reconhecimento, baixa e mensuração

Um passivo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação ou designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Passivos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado são mensurados pelo valor justo e mudanças no valor justo desses passivos, incluindo ganhos com juros, são reconhecidos no resultado do exercício.

Outros passivos financeiros não derivativos são mensurados inicialmente pelo valor justo deduzidos de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.

c. Capital social - Ações ordinárias

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações, quando houver, serão reconhecidos como redução do patrimônio líquido.

d. Estoques

Os estoques de material de consumo são mensurados pelo custo médio de aquisição e inclui gastos incorridos na aquisição de estoques e outros custos incorridos em trazê-los às suas localizações e condições existentes.

e. Ativos intangíveis

A Companhia possui os seguintes ativos intangíveis:

- Direito de uso e custos de desenvolvimento de sistemas informatizados;

São demonstrados ao custo de aquisição, deduzidos da amortização, a qual é calculada de acordo com a sua vida útil estimada;

- Direito de exploração de infraestrutura - veja item “n”.
- Intangível em andamento.

São custos diretamente atribuíveis a construção da infraestrutura que incluem gastos com material, mão de obra direta e juros capitalizados das debêntures.

f. Redução ao valor recuperável (*impairment*)

(i) Ativos financeiros não derivativos

Ativos financeiros não mensurados pelo valor justo por meio do resultado são avaliados a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram perda de valor inclui:

- inadimplência ou atrasos do devedor;
- reestruturação de um valor devido a Companhia em condições que não seriam aceitas em condições normais;
- indicativos de que o devedor ou emissor irá entrar em falência/recuperação judicial;
- mudanças negativas na situação de pagamentos dos devedores ou emissores;
- o desaparecimento de um mercado ativo para o instrumento; ou
- dados observáveis indicando que houve um declínio na mensuração dos fluxos de caixa esperados de um grupo de ativos financeiros.

Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado

A Companhia considera evidência de perda de valor de ativos mensurados pelo custo amortizado tanto no nível individualizado como no nível coletivo. Todos os ativos individualmente significativos são avaliados quanto à perda por redução ao valor recuperável. Aqueles identificados como não tendo sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que tenha ocorrido, mas não tenha sido ainda identificada. Ativos que não são individualmente significativos são avaliados coletivamente quanto à perda de valor com base no agrupamento de ativos com características de risco similares.

Ao avaliar a perda por redução ao valor recuperável de forma coletiva, a Companhia utiliza tendências históricas do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração sobre se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

Uma perda por redução ao valor recuperável é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão. Quando a Companhia considera que não há expectativas razoáveis de recuperação, os valores são baixados. Quando um evento subsequente indica uma redução da perda de valor, a redução na perda de valor é revertida por meio do resultado.

(ii) *Ativos não financeiros*

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, que não os estoques e imposto de renda e contribuição social diferidos ativos, são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado. No caso dos ativos intangíveis com vida útil indefinida, o valor recuperável é testado anualmente.

O valor recuperável de um ativo ou UGC (Unidade Geradora de Caixa) é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto antes de impostos que reflita uma avaliação de mercado atual sobre o período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo ou unidade geradora de caixa.

Uma perda por redução no valor recuperável é reconhecida se o valor contábil ou UGC exceder o seu valor recuperável.

Uma perda de valor é revertida caso tenha havido uma mudança nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável. Uma perda por redução ao valor recuperável é revertida somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

g. Demais ativos circulantes e não circulantes

São demonstrados aos valores de custo ou realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos auferidos até a data do balanço.

h. Provisões

Uma provisão é reconhecida se, em função de um evento passado, a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação.

i. Provisão de manutenção - Contratos de Concessão

As obrigações contratuais para manter a infraestrutura concedida com um nível específico de operacionalidade ou de recuperar a infraestrutura na condição especificada antes de devolvê-la ao poder concedente ao final do contrato de concessão, são registradas e avaliadas pela melhor estimativa de gastos necessários para liquidar a obrigação presente na data do balanço.

A política da Companhia define que estão enquadradas no escopo da provisão de manutenção as intervenções físicas de caráter periódico, claramente identificado, destinadas a recompor a infraestrutura concedida às condições técnicas e operacionais exigidas pelo contrato, ao longo de todo o período da concessão.

Não há intervenções físicas previstas em contrato e/ou pela Administração da Companhia até o encerramento da concessão vigente, portanto, nenhuma provisão foi registrada em 31 de dezembro de 2017 e com relação a este assunto.

j. Demais passivos circulantes e não circulantes

São demonstrados pelos valores conhecidos ou exigíveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e cambiais incorridos até a data do balanço.

k. Benefícios a empregados

(i) Benefício de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensurados em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço correspondente seja prestado.

O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago sob os planos de bonificação em dinheiro ou participação nos lucros de curto prazo, se a Companhia tem uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

(ii) **Benefício pós-emprego - Planos de saúde**

A Companhia oferece a seus colaboradores planos de saúde compatíveis com o mercado, onde a Companhia é co-patrocinadora do plano e seus colaboradores contribuem com uma parcela fixa mensal, podendo ser estendido aos seus cônjuges e dependentes. Os custos com contribuições mensais definidas feitas pela Companhia são reconhecidos mensalmente no resultado respeitando o regime de competência.

Os custos, as contribuições e o passivo atuarial relacionados a estes planos são determinados anualmente, com base em avaliação realizada por atuários independentes.

l. Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem basicamente as receitas de juros sobre aplicações financeiras e juros e multas recebidos ou auferidos. A receita de juros é reconhecida no resultado por meio do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros e encargos sobre debêntures, amortização dos custos atribuíveis sobre debêntures e despesas com comissões bancárias. Custos da dívida que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado por meio do método de juros efetivos.

m. Imposto de renda e contribuição social

O Imposto de Renda e a Contribuição Social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 (base anual) para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro tributável anual.

As despesas com imposto de renda e contribuição social compreendem o imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos que são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

(i) **Imposto corrente**

O imposto corrente é o imposto a pagar esperado sobre o lucro tributável do exercício, à taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

(ii) Imposto diferido

O imposto diferido é reconhecido tendo como base o prejuízo fiscal, a base negativa da contribuição social e às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertem, baseando-se nas Leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras.

(iii) Exposições fiscais

Na determinação do imposto de renda corrente e diferido a Companhia leva em consideração o impacto de incertezas relativas a posições fiscais tomadas e se o pagamento adicional de imposto de renda e juros tenha que ser realizado. A Companhia acredita que a provisão para imposto de renda no passivo está adequada para com relação a todos os exercícios fiscais em aberto baseada em sua avaliação de diversos fatores, incluindo interpretações das Leis fiscais e experiência passada. Essa avaliação é baseada em estimativas e premissas que podem envolver uma série de julgamentos sobre eventos futuros. Novas informações podem ser disponibilizadas o que levaria a Companhia a mudar o seu julgamento quanto à adequação da provisão existente. Tais alterações impactarão a despesa com imposto de renda no ano em que forem realizadas.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estarão disponíveis e contra os quais serão utilizados, limitando-se a utilização, a 30% dos lucros tributáveis futuros anuais.

n. Contratos de concessão de serviços - Direito de exploração de infraestrutura

Em consideração à orientação contida nos itens 12 a 14 da OCPC 05 - Contratos de Concessão, a Companhia adotou a prática contábil de ativar o preço total da delegação do serviço público (outorga) como um ativo intangível, em contrapartida a um passivo, caso fosse aplicável, dos valores futuros a pagar ao Poder Concedente, ou seja, o contrato de concessão é considerado como um contrato não executório.

A infraestrutura, dentro do alcance da Interpretação Técnica ICPC 01- Contratos de Concessão, não é registrada como ativo imobilizado do concessionário, porque o contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. É prevista apenas a cessão de posse desses bens para a prestação de serviços públicos, sendo eles revertidos ao poder concedente após o encerramento do respectivo contrato. O concessionário tem acesso para operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do poder concedente, nas condições previstas no contrato.

Nos termos dos contratos de concessão dentro do alcance desta Interpretação, o concessionário atua como prestador de serviço, construindo ou melhorando a infraestrutura (serviços de construção ou melhoria) usada para prestar um serviço público e opera e mantém essa infraestrutura (serviços de operação) durante determinado prazo.

Se o concessionário presta serviços de construção ou melhoria, a remuneração recebida ou a receber pelo concessionário é registrada pelo seu valor justo. Essa remuneração pode corresponder a direito sobre um ativo intangível ou um ativo financeiro. O concessionário reconhece um ativo intangível à medida que recebe o direito (autorização) de cobrar os usuários dos serviços públicos.

No caso da Companhia não está previsto no contrato de concessão qualquer remuneração ao final do prazo de exploração da infraestrutura, razão pela qual nenhum ativo financeiro foi reconhecido nas demonstrações financeiras.

O direito de exploração de infraestrutura é oriundo dos dispêndios realizados na construção de obras de melhoria em troca do direito de cobrar os usuários pela utilização da infraestrutura. Este direito é composto pelo custo da construção somado à margem de lucro e aos custos das debêntures atribuíveis a esse ativo. A Companhia estimou que eventual margem é próxima à zero.

A amortização do direito de exploração da infraestrutura é reconhecida no resultado do exercício de forma linear pela vida útil ou prazo da concessão, dos dois o menor.

o. Capitalização dos custos das debêntures

Os custos das debêntures atribuíveis ao contrato de concessão são capitalizados durante a fase de construção de acordo com o CPC 20 (R1) - Custos de empréstimos emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis.

p. Novas normas e interpretações ainda não adotadas

Uma série de novas normas ou alterações de normas e interpretações serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2018. A Companhia não adotou essas alterações na preparação destas demonstrações financeiras. A Companhia não planeja adotar estas normas de forma antecipada.

Pronunciamento	Descrição	Vigência
CPC 48 / IFRS 9 - Instrumentos Financeiros	Refere-se ao projeto de substituição do CPC 38 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração.	Exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018.
CPC 47 / IFRS 15 - Receitas de Contratos com Clientes	Refere-se à convergência do IASB (“ <i>International Accounting Standards Board</i> ”), sobre o reconhecimento de receita.	Exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018.
CPC 06 (R2) / IFRS 16 - Operações de Arrendamento Mercantil	Refere-se à contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial.	Exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2019.

Impactos esperados na adoção do CPC 48 / IFRS 9 - Instrumentos Financeiros:

A Administração da Companhia realizou uma avaliação e identificou que a aplicação do CPC 48 / IFRS 9 nas demonstrações financeiras nas datas exigidas, de forma geral, não geram efeitos relevantes sobre os saldos reportados. A aplicação da referida norma na Companhia não impacta o critério de mensuração atual.

(i) Classificação de ativos financeiros

O CPC 48 / IFRS 9 traz uma nova abordagem na classificação e mensuração de ativos financeiros, a qual considera tanto o modelo de negócios da entidade para o gerenciamento do ativo financeiro quanto as suas características dos fluxos de caixa contratuais.

A norma classifica os ativos financeiros nas seguintes categorias:

- ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado (CA);
- ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA); e
- ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado (VJR), eliminando as categorias propostas pelo CPC 38 de mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda.

Com base na sua avaliação, a Companhia considera que os novos requerimentos de classificação, se fossem aplicados em 31 de dezembro de 2017, não teriam um impacto na contabilização para 2018, desta forma continuaria como VJR e custo amortizado.

(ii) Classificação de passivos financeiros

O CPC 48 / IFRS 9 mantém grande parte dos requerimentos do CPC 38 para a classificação de passivos financeiros.

Contudo, de acordo com o CPC 38, todas as variações de valor justo dos passivos designados como VJR são reconhecidas no resultado, enquanto que, de acordo com o CPC 48 / IFRS 9, estas alterações de valor justo são geralmente apresentadas da seguinte forma:

- o valor da variação do valor justo que é atribuível às alterações no risco de crédito do passivo financeiro é apresentado em outros resultados abrangentes (ORA); e
- o valor remanescente da variação do valor justo é apresentado no resultado.

A Companhia não designou ou pretende designar passivos financeiros como VJR. A avaliação preliminar da Companhia não indicou qualquer impacto material na classificação dos passivos financeiros para 2018.

(iii) Redução no valor recuperável (Impairment)

O CPC 48 / IFRS 9 substitui o modelo de “perdas incorridas” do CPC 38 pelo de “perdas de crédito esperadas”, o qual se aplicará aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, com exceção de investimentos em instrumentos patrimoniais e ativos contratuais.

Sob a nova norma, as provisões para perdas esperadas serão mensuradas em uma das seguintes bases:

- Perdas de crédito esperadas para 12 meses: perdas de crédito resultantes de possíveis eventos de inadimplência dentro dos 12 meses após a data de relatório. É aplicada se o risco não tiver aumentado significativamente desde o seu reconhecimento inicial; e
- Perdas de crédito esperadas para a vida inteira: perdas de crédito resultantes de todos os possíveis eventos de inadimplência ao longo da vida esperada de um instrumento financeiro. É aplicada se o risco de crédito de um ativo financeiro na data de relatório tiver aumentado significativamente desde o seu reconhecimento inicial.

A Companhia pode determinar que o risco de crédito de um ativo financeiro não tenha aumentado significativamente se o ativo tiver baixo risco de crédito na data de relatório.

Entretanto, a mensuração de perdas de crédito esperadas para a vida inteira sempre se aplica para contas a receber de clientes e ativos contratuais sem um componente de financiamento significativo. Uma Companhia pode optar por aplicar esta política também para contas a receber de clientes e ativos contratuais com um componente de financiamento significativo.

Dentro da abordagem de perda esperada, dois modelos são propostos, o primeiro, um modelo mais robusto e complexo, probabilístico, denominado modelo de 3 estágios, voltado precipuamente a instituições financeiras, segundo o qual a deterioração creditícia do emissor do ativo vai calibrando o montante das perdas esperadas, promovendo com isso um alisamento de resultado. E outro modelo mais simples, que utiliza expediente práticos para mensurar a perda esperada, por exemplo, especificar taxas de provisão fixas dependendo do número de dias que a conta a receber de cliente está vencida, a qual optamos conforme permite o CPC 48 / IFRS 9.

Na avaliação da Companhia, que adotou a abordagem simplificada para mensurar a perda esperada, a aplicação dos requerimentos de perda por redução ao valor recuperável do CPC 48 / IFRS 9 a serem registrados e divulgados durante o exercício de 2018, resultará, em relação à perda por redução ao valor recuperável reconhecida de acordo com o CPC 38 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração, uma redução no patrimônio líquido, na conta de lucros acumulados em torno de R\$ 600 e no contas a receber a redução em torno de R\$ 600, conforme orienta o respectivo normativo.

A Companhia não finalizou o teste de adequação dos seus sistemas e revisão de seus controles internos e as novas políticas contábeis estão sujeitas a alterações até que a Companhia apresente suas primeiras demonstrações financeiras que incluam a data de aplicação inicial.

Impactos esperados na adoção do CPC 47 / IFRS 15 - Receitas de Contratos com Clientes:

O CPC 47 / IFRS 15 introduz uma estrutura abrangente para determinar quando uma receita deve ser reconhecida e mensurada. O CPC 47 / IFRS 15 substitui as atuais normas para o reconhecimento de receitas, incluindo o CPC 30 Receitas, CPC 17 Contratos de Construção e o CPC 30 Interpretação A - Programas de Fidelidade com o Cliente.

Com base em nossa avaliação, a Companhia não espera que a aplicação do CPC 47 / IFRS 15 tenha um impacto significativo nas demonstrações financeiras.

Nos termos dos contratos de concessão dentro do alcance do ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão, o concessionário atua como prestador de serviço. O concessionário constrói ou melhora a infraestrutura (serviços de construção ou de melhoria) usada para prestar um serviço público podendo operar e manter essa infraestrutura (serviços de operação) durante um determinado prazo.

A natureza da remuneração paga pelo concedente ao concessionário deve ser determinada de acordo com os termos do contrato, seja por operação e/ou construção. Essa remuneração pode corresponder aos seguintes direitos:

- **Prestação de Serviços**

O concessionário deve reconhecer um ativo intangível à medida em que recebe o direito (autorização) de cobrar os usuários dos serviços públicos. Esse direito não constitui direito incondicional de receber caixa, porque os valores são condicionados à utilização do serviço pelo público.

A receita de operação ou serviço é reconhecida no período no qual os serviços são prestados e quando ocorre a prestação de mais de um serviço em um contrato de concessão de serviços, a remuneração recebida é alocada por referência aos valores justos relativos aos serviços entregues.

- **Serviços de construção ou de melhoria**

O concessionário deve reconhecer um ativo intangível à medida em que recebe o direito (autorização) de cobrar os usuários dos serviços públicos. Esse direito não constitui direito incondicional de receber caixa, porque os valores são condicionados à utilização do serviço pelo público.

Quando o resultado de um contrato de construção pode ser estimado de maneira confiável, a receita do contrato é reconhecida no ativo intangível na medida que ocorre a transferência contínua dos riscos e benefícios significativos, medidos na proporção do estágio de conclusão do contrato e/ou na medida que os custos são incorridos, diretamente relacionados aos respectivos ativos formados.

Impactos esperados na adoção do CPC 06 (R2) / IFRS 16 - Operações de Arrendamento Mercantil:

O CPC 06 (R2) / IFRS 16 substitui as normas de arrendamento existentes, incluindo o CPC 06 Operações de Arrendamento Mercantil e o ICPC 03 Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil.

A norma é efetiva para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2019. A adoção antecipada é permitida somente para demonstrações financeiras de acordo com as IFRSs e apenas para entidades que aplicam a CPC 47 / IFRS 15 Receita de Contratos com Clientes em ou antes da data de aplicação inicial deste. O CPC 06 (R2) / IFRS 16 introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor. A contabilidade do arrendador permanece semelhante à norma atual, isto é, os arrendadores continuam a classificar os arrendamentos em financeiros ou operacionais.

A Administração da Companhia realizou uma avaliação e identificou que a aplicação do CPC 06 (R2) / IFRS 16 nas demonstrações financeiras nas datas exigidas, de forma geral, não geram efeitos relevantes sobre os saldos reportados.

q. Determinação do valor justo

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas aquele ativo ou passivo.

4 Caixa e equivalentes de caixa

As disponibilidades são os itens de balanço patrimonial que são apresentados na demonstração dos fluxos de caixa como caixa e equivalentes de caixa e são assim apresentados:

	2017	2016
Caixa	2	-
Bancos conta movimento	159	138
	161	138

Os saldos de caixa e bancos conta movimento compreendem basicamente numerários em espécie e depósitos bancários disponíveis, respectivamente.

5 Aplicações financeiras

Modalidade	Taxa de juros média a.a. %	Vencimento	2017	2016
Aplicações pós-fixadas	98,1% a 107% do CDI	Outubro/17	-	5.203
Fundo de Investimento Safira	97,47% a 127,92% do CDI	Indeterminado	829	151
			829	5.354

As cotas adquiridas do Safira Fundo de Investimento, gerido pelo *BTG Pactual Asset Management DTVM S.A.*, correspondem a aplicações em um fundo, não exclusivo, de investimentos multimercado de crédito privado, devidamente registrado junto a CVM. As cotas são resgatáveis a qualquer prazo conforme as necessidades de liquidez da Companhia. A carteira do fundo é composta por Certificados de Depósito Bancário (“CDB”), Operações Compromissadas, Letras Financeiras, Títulos do Tesouro e outros fundos conforme previsto em sua política de investimentos.

As receitas de juros sobre aplicações financeiras são consideradas na demonstração dos fluxos de caixa como atividade operacional. Os resgates das aplicações financeiras e suas captações são consideradas nas demonstrações dos fluxos de caixa das atividades de investimento.

Movimentação das aplicações financeiras

Saldo de 31 de dezembro de 2016	5.354
Captação	16.440
(-) Resgate de principal	(20.284)
(-) Resgate de juros	(859)
Incidência de IR	(192)
Incidência de IOF	(9)
Juros no exercício	379
Saldo de 31 de dezembro de 2017	829

A exposição da Companhia a riscos de taxas de juros e uma análise de sensibilidade para ativos financeiros são divulgadas na nota explicativa nº 21 - Instrumentos financeiros.

6 Contas a receber de clientes

	2017	2016
Faturamento de serviços de água	7.971	5.454
Receita a faturar de serviço de água	1.206	975
(-) Provisão para crédito de liquidação duvidosa	(1.992)	(1.934)
	<u>7.185</u>	<u>4.495</u>
Circulante	6.351	4.068
Não circulante	834	427

O vencimento das contas a receber do faturamento de serviços de água em 31 de dezembro de 2017 e 2016 está assim representado:

Classe de consumidor	Saldos a vencer	Saldos vencidos	
		Até 180 dias	Total em 2017
Residencial	1.992	2.111	4.103
Comercial	116	115	231
Setor público	68	149	217
Subtotal consumidores	<u>2.176</u>	<u>2.375</u>	<u>4.551</u>
Renegociações (i)	<u>2.792</u>	<u>628</u>	<u>3.420</u>
	<u>4.968</u>	<u>3.003</u>	<u>7.971</u>

Classe de consumidor	Saldos a vencer	Saldos vencidos	
		Até 180 dias	Total em 2016
Residencial	1.487	2.119	3.606
Comercial	61	89	150
Setor público	48	155	203
Subtotal consumidores	<u>1.596</u>	<u>2.363</u>	<u>3.959</u>
Renegociações (i)	<u>1.267</u>	<u>228</u>	<u>1.495</u>
	<u>2.863</u>	<u>2.591</u>	<u>5.454</u>

- (i) O saldo na linha de renegociações em 31 de dezembro de 2017 está líquido do ajuste a valor presente no valor de R\$ 112 (R\$ 99 em 31 de dezembro de 2016) calculados individualmente para cada fatura com base na taxa de 4,84% a.a. Em 31 de dezembro de 2017, foram registrados no resultado do exercício o montante de R\$ 13 de ajuste a valor presente.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída com base na análise dos valores vencidos e o montante foi considerado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas nas realizações das contas a receber de clientes. Segue abaixo detalhamento da provisão para crédito de liquidação duvidosa por classe de consumidor:

	Saldos a vencer	Saldos vencidos	
		Até 180 dias	Total em 2017
Residencial	(282)	(1.021)	(1.303)
Comercial	(17)	(44)	(61)
Setor público	(16)	(29)	(45)
Renegociações	<u>(361)</u>	<u>(222)</u>	<u>(583)</u>
	<u>(676)</u>	<u>(1.316)</u>	<u>(1.992)</u>

	Saldos a vencer	Saldos vencidos	
		Até 180 dias	Total em 2016
Residencial	(398)	(1.223)	(1.621)
Comercial	(17)	(47)	(64)
Setor público	(45)	(132)	(177)
Renegociações	<u>(15)</u>	<u>(57)</u>	<u>(72)</u>
	<u>(475)</u>	<u>(1.459)</u>	<u>(1.934)</u>

A provisão para créditos de liquidação duvidosa tem a seguinte movimentação no exercício findo em 31 de dezembro de 2017 e 2016:

Natureza	Saldo em 2016	(Adições)/ Reversões	Saldo em 2017
Correntes	(1.862)	453	(1.409)
Renegociações	<u>(72)</u>	<u>(511)</u>	<u>(583)</u>
	<u>(1.934)</u>	<u>(58)</u>	<u>(1.992)</u>

Natureza	Saldo em 2015	(Adições)	(-) Baixa de títulos	Saldo em 2016
Correntes	(1.518)	(567)	223	(1.862)
Renegociações	-	(72)	-	(72)
	<u>(1.518)</u>	<u>(639)</u>	<u>223</u>	<u>(1.934)</u>

A Administração da Companhia tem adotado uma série de medidas visando identificar as causas de inadimplência e vem implementando diversas ações com o intuito de reduzi-la. Entre essas medidas estão o parcelamento de débitos e a manutenção de um programa de cortes permanente.

Em 31 de dezembro de 2017, a Administração, com base em sua avaliação do risco de crédito e histórico de recebimento dos clientes, entende que se faz necessária a constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa sobre o saldo de contas a receber corrente e parcelado em atraso acima de 180 dias que indicam que os clientes não devem pagar seus saldos pendentes.

A Administração também constitui provisão complementar para contas a receber corrente e renegociações a vencer e vencidos há menos de 180 dias proveniente de clientes que possuem fatura (s) inserida (s) na provisão para perda de crédito de liquidação duvidosa e títulos baixados conforme critérios abaixo mencionados.

A Companhia trata os títulos a receber vencidos a mais de 180 dias, de valores individuais abaixo de R\$ 5 e os inadimplidos a partir de 08 de outubro de 2014 de valores abaixo de R\$ 15, nos registros contábeis como perda efetiva utilizando o mesmo critério do tratamento fiscal conforme Leis 9.430/96 e 13.097/15, sem prejuízo da manutenção da cobrança dos mesmos.

Em 31 de dezembro de 2016 a Companhia efetuou a baixa efetiva dos títulos das contas a receber no valor de R\$ 223, tendo como contrapartida a provisão para crédito de liquidação duvidosa, ambas as contas do ativo circulante e não circulante, não tendo efeito no resultado do exercício.

No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2017, foram baixados títulos do contas a receber diretamente no resultado do exercício no valor de R\$ 946 em 31 de dezembro de 2017 (R\$ 1.870 em 31 de dezembro de 2016).

7 Adiantamento a fornecedores

	2017	2016
Adiantamento a fornecedores de materiais	37	60
Adiantamento a fornecedores partes relacionadas (nota explicativa nº 8)	1.610	3.174
	<u>1.647</u>	<u>3.234</u>

8 Transações com partes relacionadas

Remuneração de pessoal chave da administração

Em 31 de dezembro de 2017, a remuneração do pessoal chave da Administração, que contempla a Diretoria, totalizou R\$ 1.137 (R\$ 914 em 31 de dezembro de 2016) registrados no grupo de despesas administrativas e inclui salários, honorários, remunerações variáveis e benefícios diretos e indiretos.

Em Reunião de Diretoria realizada em 15 de dezembro de 2017, foi aprovado a constituição de provisão para pagamento adicional de prêmio extraordinário aos diretores no montante de R\$ 1.116 a ser realizado a partir de 2019, relativo à performance da Companhia auferida nos últimos exercícios sociais, reconhecido na rubrica outras contas a pagar não circulante.

A Companhia não possui outros benefícios de longo prazo ou benefícios de rescisão de contrato de trabalho.

Controladora

A controladora final da Companhia é a Greq Participação e Administração Ltda. e a controladora direta é a Aegea Saneamento e Participações S.A. que detêm 99,99% das ações que representam o seu capital social.

Outras transações com partes relacionadas

Os principais saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2017 e 2016, bem como as transações que influenciaram o resultado dos exercícios findos naquelas datas, relativas às operações com partes relacionadas, decorrem principalmente de transações com acionistas e companhias ligadas do mesmo grupo econômico.

As principais operações efetuadas durante o exercício são demonstradas no quadro a seguir:

	2017	2016
Ativo circulante		
Adiantamento a fornecedores (nota explicativa nº 7)		
Aegea Engenharia e Comércio Ltda. (c)	1.610	3.174
	1.610	3.174
Ativo não circulante		
Aquisições de ativo intangível no exercício		
Aegea Engenharia e Comércio Ltda. (c)	1.740	2.921
LVE - Locadora de Veículos e Equipamentos Ltda. (a)	51	89
	1.791	3.010
	3.401	6.184
	2017	2016
Passivo circulante		
Fornecedores partes relacionadas (nota explicativa nº 10)		
Aegea Engenharia e Comércio Ltda. (c)	31	21
Aegea Saneamento e Participações S.A. (b)	155	52
GSS - Gestão de Sistemas de Saneamento Ltda. (a)	16	15
LVE - Locadora de Veículos e Equipamentos Ltda. (a)	42	42
	244	130
Passivo não circulante		
Contas correntes a pagar para partes relacionadas		
Aegea Saneamento e Participações S.A. (d)	70.140	13.792
	70.140	13.792
	70.384	13.922
Resultado do exercício		
Custo dos serviços prestados		
LVE - Locadora de Veículos e Equipamentos Ltda. (a)	162	184
	162	184
Despesas de vendas, administrativas e gerais		
Aegea Saneamento e Participações S.A. (b)	1.695	770
GSS - Gestão de Sistemas de Saneamento Ltda. (a)	207	192
LVE - Locadora de Veículos e Equipamentos Ltda. (a)	277	151
	2.179	1.113
	2.341	1.297

- (a) Refere-se a serviços de locação de veículos prestado pela LVE - Locadora de Veículos e Equipamentos Ltda., serviço de desenvolvimento e manutenção de software prestado pela GSS - Gestão de Sistemas de Saneamento Ltda.
- (b) Refere-se a serviços administrativos prestados pelo centro de serviços compartilhados (“CAA” - Centro Administrativo AEGEA) situado na cidade de Santa Bárbara d’Oeste, no Estado de São Paulo. Os serviços em questão se resumem a: contabilidade, fiscal/auditoria fiscal, financeiro, recursos humanos, administração de pessoal, centro de segurança da receita e tecnologia da informação.
- (c) Refere-se a contratação de serviços para execução de obras de construção e ampliação de redes de água e esgotamento sanitário pela Aegea Engenharia e Comércio Ltda.
- (d) Os valores referentes a essas transações estão mantidos no passivo não circulante, referem-se a movimentações financeiras para suprimento de caixa, sem remuneração específica e sem prazo de vencimento.

9 Intangível

Os valores registrados a título de intangível referem-se à concessão para exploração da infraestrutura e apresenta as seguintes composições:

a. Composição dos saldos

Ativo	Vida útil (em anos)	Taxa média anual	2017		2016	
			Custo	(-) Amortização	Líquido	Líquido
Direito de exploração da infraestrutura						
Outorga / Contrato de concessão	30	3,4%	23.729	(2.097)	21.632	22.423
Instalações técnicas de saneamento	de 25 a 29	3,5%	12.592	(501)	12.091	8.614
Edificações de estações de tratamento	de 15 a 30	3,5%	24.571	(1.087)	23.484	22.482
Máquinas e equipamentos	de 03 a 30	8,8%	1.569	(234)	1.335	1.142
Outros componentes	de 03 a 29	10,1%	5.834	(685)	5.149	3.246
			68.295	(4.604)	63.691	57.907
Intangível em andamento						
Intangível em andamento			1.762	-	1.762	1.957
			1.762	-	1.762	1.957
Software						
Licença de uso de <i>software</i>	3	33,3%	177	(143)	34	93
			177	(143)	34	93
			70.234	(4.747)	65.487	59.957

Ativo	Vida útil	Taxa média anual	2016			2015
			Custo	Amortização (-)	Líquido	Líquido
Direito de exploração da infraestrutura						
Outorga / Contrato de concessão	30	3,4%	23.729	(1.306)	22.423	27.644
Instalações técnicas de saneamento	de 25 a 29	3,5%	8.751	(137)	8.614	4
Edificações de estações de tratamento	de 15 a 29	3,5%	22.768	(286)	22.482	6
Máquinas e equipamentos	de 03 a 29	9,5%	1.231	(89)	1.142	202
Outros componentes	de 03 a 29	10,1%	3.423	(177)	3.246	379
			59.902	(1.995)	57.907	28.235
Intangível em andamento						
Intangível em andamento			1.957	-	1.957	6.423
Adiantamento a fornecedores			-	-	-	5.000
			1.957	-	1.957	11.423
Software						
Licença de uso de <i>software</i>	3	33,3%	177	(84)	93	148
			177	(84)	93	148
			62.036	(2.079)	59.957	39.806

b. Movimentação do custo

Ativo	2016		2017	
	Custo	Adições	Transferências	Custo
Direito de exploração da infraestrutura				
Outorga / Contrato de concessão	23.729	-	-	23.729
Instalações técnicas de saneamento	8.751	-	3.841	12.592
Edificações de estações de tratamento	22.768	-	1.803	24.571
Máquinas e equipamentos	1.231	72	266	1.569
Outros componentes	3.423	29	2.382	5.834
	59.902	101	8.292	68.295
Intangível em andamento				
Intangível em andamento	1.957	8.097	(8.292)	1.762
	1.957	8.097	(8.292)	1.762
Software				
Licença de uso de <i>software</i>	177	-	-	177
	177	-	-	177
	62.036	8.198	-	70.234

Ativo	2015	2016			Custo
	Custo	Adições	Baixas	Transferências	
Direito de exploração da infraestrutura					
Outorga / Contrato de concessão	28.181	-	(4.452)	-	23.729
Instalações técnicas de saneamento	4	-	-	8.747	8.751
Edificações de estações de tratamento	6	-	-	22.762	22.768
Máquinas e equipamentos	220	350	-	661	1.231
Outros componentes	393	240	-	2.790	3.423
	28.804	590	(4.452)	34.960	59.902
Intangível em andamento					
Intangível em andamento	6.423	30.494	-	(34.960)	1.957
Adiantamento a fornecedores	5.000	-	(5.000)	-	-
	11.423	30.494	(5.000)	(34.960)	1.957
Software					
Licença de uso de software	177	-	-	-	177
	177	-	-	-	177
	40.404	31.084	(9.452)	-	62.036

c. Movimentação da amortização

Ativo	2016	2017	
	Amortização acumulada	Adições	Amortização acumulada
Direito de exploração da infraestrutura			
Outorga / Contrato de concessão	(1.306)	(791)	(2.097)
Instalações técnicas de saneamento	(137)	(364)	(501)
Edificações de estações de tratamento	(286)	(801)	(1.087)
Máquinas e equipamentos	(89)	(145)	(234)
Outros componentes	(177)	(508)	(685)
	(1.995)	(2.609)	(4.604)
Software			
Licença de uso de software	(84)	(59)	(143)
	(84)	(59)	(143)
	(2.079)	(2.668)	(4.747)

Ativo	2015	2016		
	Amortização acumulada	Adições	Baixas	Amortização acumulada
Direito de exploração da infraestrutura				
Outorga / Contrato de concessão	(537)	(917)	148	(1.306)
Instalações técnicas de saneamento	-	(137)	-	(137)
Edificações de estações de tratamento	-	(286)	-	(286)
Máquinas e equipamentos	(18)	(71)	-	(89)
Outros componentes	(14)	(163)	-	(177)
	(569)	(1.574)	148	(1.995)
Software				
Licença de uso de <i>software</i>	(29)	(55)	-	(84)
	(29)	(55)	-	(84)
	(598)	(1.629)	148	(2.079)

O ativo intangível, registrado na rubrica direito de exploração da infraestrutura, refere-se exclusivamente aos gastos com construções e melhorias na infraestrutura. A amortização ocorre de forma linear e seu início ocorre na data de aquisição do bem ou na data de término das obras, indo até o término do prazo de concessão ou da vida útil, dos dois o menor.

Os juros sobre as debêntures são capitalizados nos ativos qualificáveis, no exercício findo em 31 de dezembro de 2017 foram capitalizados R\$ 150 a uma taxa média de 12,49% a.a. (R\$ 1.081 e 15,12% a.a. em 31 de dezembro de 2016) e estão sendo considerados dentro das adições do “Intangível em andamento”.

A Administração da Companhia não identificou qualquer evidência que justificasse a necessidade de testar os bens com vida útil definida, bem como efetuar provisão de perda de valor recuperável de bens com vida útil indefinida em 31 de dezembro de 2017.

10 Fornecedores e empreiteiros

	2017	2016
Fornecedores de materiais e serviços	2.508	2.255
Fornecedores partes relacionadas (nota explicativa nº 8)	244	130
	2.752	2.385

11 Debêntures

Modalidade	Encargos	Vencimen to final do contrato	Valor contratad o	Valor captado	2017	2016
Debêntures TR (ponte)	TR + 11,75% a.a.	Outubro/1 8	29.000	29.000	-	29.893
Debêntures CDI (ponte)	CDI + 2,00% a.a.	Outubro/1 8	26.000	26.000	-	26.334
					-	56.227
Circulante					-	964
Não circulante					-	55.263

Cronograma de amortização da dívida

As parcelas classificadas no passivo não circulante têm o seguinte cronograma de vencimento:

Cronograma de amortização da dívida - debêntures

	2017	2016
2018	-	55.571
	<u>-</u>	<u>55.571</u>
	2017	2016
Custo de captação (não circulante)	-	(308)
Total	<u>-</u>	<u>55.263</u>

Movimentação das dívidas

Saldo de 31 de dezembro de 2016	56.227
(-) Pagamentos do principal	(55.000)
(-) Pagamentos de juros	(8.013)
Provisão de juros	5.958
Juros capitalizados no intangível	150
Amortização de custo de captação do exercício	678
Saldo de 31 de dezembro de 2017	-

Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia não incorreu em custos de captação (R\$ 91 em 31 de dezembro de 2016). O saldo do custo de captação em 31 de dezembro de 2017 totaliza o montante de R\$ 0 (R\$ 678 em 31 de dezembro de 2016), os quais foram reconhecidos conforme definições do Pronunciamento Técnico CPC 08 (R1) - Custos de Transação e Prêmios na Emissão de Títulos e Valores Mobiliários emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis.

Em 27 de outubro de 2015, mediante a 2ª emissão, a Companhia emitiu 5.500 debêntures simples, não conversíveis em ações, da forma nominativa e escritural, em duas séries, da espécie quirografária, com valor nominal total de R\$ 55.000. Estas debêntures têm vencimento em 27 de outubro de 2018, com amortização de principal feita em uma única parcela no vencimento. Em novembro de 2017, a Companhia efetuou a liquidação total da 2ª emissão de debêntures.

12 Obrigações trabalhistas e sociais

	2017	2016
Salários e ordenados	3	43
Participação nos lucros	649	618
Provisão de férias	156	172
Encargos sociais	153	175
	<u>961</u>	<u>1.008</u>

13 Outras contas a pagar

	2017	2016
Direito de outorga a pagar (i)	3.500	3.500
Parcelamento Cemar (ii)	2.030	2.297
Provisão para bônus diretoria (nota explicativa nº 8)	1.116	-
Agência de regulação (iii)	61	42
	<u>6.707</u>	<u>5.839</u>
Circulante	4.060	535
Não circulante	2.647	5.304

- (i) O saldo refere-se aos valores a pagar de outorga ao município de Timon - MA referente ao direito de exploração da infraestrutura da concessão, conforme edital de concorrência pública nº 004/2014, processo nº 036/2014 e contrato de concessão assinado em 30 de janeiro de 2015.

Em 28 de junho de 2016, foi assinado o Segundo Termo Aditivo ao contrato de concessão nº 004/2015, onde o Poder Concedente, por conta da assunção pela Companhia de obras de esgoto não previstas inicialmente, revogou as disposições relacionadas ao pagamento de Outorga previstos no Anexo IV, item 3, alíneas “a” e “b” do Edital de Concorrência nos valores de R\$ 2.732 e R\$ 820 respectivamente.

Os valores remanescentes, serão pagos em três parcelas iguais nos meses de fevereiro, março e abril de 2018 nos valores de R\$ 1.167, totalizando R\$ 3.500.

- (ii) O saldo refere-se a dívida assumida pela Companhia junto a Companhia Elétrica do Maranhão S.A. - Cemar, no momento do ganho da concessão conforme edital de concorrência. O débito foi parcelado com vencimentos fixos mensais até abril de 2022.
- (iii) O saldo refere-se a valor a pagar para Agência de regulação do Município discriminados no Contrato de Concessão para fiscalização dos serviços prestados em conformidade com os marcos contratuais.

14 Depósitos judiciais e provisão para contingências

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões de aspectos cíveis e trabalhistas e atualmente está se defendendo judicialmente de todos os autos de infração, processos administrativos, notificações e reclamações trabalhistas em que está envolvida.

A Administração, com base nas avaliações de seus assessores jurídicos internos e externos da Companhia, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso e depósitos judiciais, como se segue:

Natureza	Contingências		Depósitos judiciais	
	2017	2016	2017	2016
Cíveis	7	-	2	-
Trabalhistas	-	25	-	-
	<u>7</u>	<u>25</u>	<u>2</u>	<u>-</u>

Movimentação da provisão para contingências

Natureza	2016	Adições/ (Reversões)		Pagamentos	2017
Cíveis	-	160	(153)		7
Trabalhistas	25	(25)	-		-
	<u>25</u>	<u>135</u>	<u>(153)</u>		<u>7</u>

Natureza	2015	Adições		2016
Trabalhistas	-	25		25
	<u>-</u>	<u>25</u>		<u>25</u>

a. Processos cíveis

Os processos cíveis correspondem principalmente a causas envolvendo pleitos de clientes acerca de reclamações alegando cobrança abusiva e corte indevido, em 31 de dezembro de 2017, totalizam R\$ 258 (R\$ 231 em 31 de dezembro de 2016) e foram avaliados como sendo de risco de perda possível pelos advogados e pela Administração, portanto nenhuma provisão foi constituída para cobrir eventuais perdas com os processos classificados como possível tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não requerem sua contabilização.

b. Processos trabalhistas

Os processos relacionados a reclamações trabalhistas associadas à cobrança de horas extras, descanso semanal remunerado e adicional noturno, em 31 de dezembro de 2017, totalizam R\$ 7 (R\$ 24 em 31 de dezembro 2016) e foram avaliados como sendo de risco de perda possível pelos advogados e pela Administração, portanto nenhuma provisão foi constituída para cobrir eventuais perdas com os processos classificados como possível tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não requerem sua contabilização.

15 Patrimônio líquido

a. Capital social

Em 31 de dezembro de 2017 o capital social integralizado é de R\$ 15.573 (R\$ 10.573 em 31 de dezembro de 2016) e está representado por 15.573.000 ações ordinárias (10.573.000 ações ordinárias em 31 de dezembro de 2016), nominativas com valor nominal de um real cada, assim representadas:

	2017	2016
Aegea Saneamento e Participações S.A.	99,99%	99,99%
Outros	0,01%	0,01%
Total	<u>100,00%</u>	<u>100,00%</u>

Em 21 de dezembro de 2016, a acionista Aegea Saneamento e Participações S.A., aumentou o capital da Companhia através da capitalização dos créditos existentes em contas correntes, no valor de R\$ 8.800 de capital social representado por 8.800.000 ações ordinárias nominativas sem valor nominal.

Em 19 de dezembro de 2017, a acionista Aegea Saneamento e Participações S.A., aumentou o capital da Companhia mediante a capitalização de créditos, no valor de R\$ 5.000 de capital social representado por 5.000.000 ações ordinárias, totalizando R\$ 15.573 de capital social representado por 15.573.000 ações ordinárias, nominativas, com valor nominal de um real cada.

b. Prejuízos acumulados

É constituído pelos prejuízos acumulados dos exercícios corrente e anteriores e será compensado pelos lucros futuros.

16 Receita operacional líquida

	2017	2016
Receita de prestação de serviços		
Serviços de abastecimento de água	23.872	17.189
Outros serviços indiretos de água	1.288	813
Receitas de construção	8.097	30.494
Total receita bruta	<u>33.257</u>	<u>48.496</u>
Deduções da receita bruta		
(-) Cancelamentos e abatimentos	(654)	(828)
(-) Impostos sobre serviços	(2.267)	(1.589)
Total da receita operacional líquida	<u>30.336</u>	<u>46.079</u>

17 Custos dos serviços prestados por natureza

	2017	2016
Pessoal	(1.428)	(1.951)
Conservação e manutenção	(310)	(255)
Serviços de terceiros	(338)	(92)
Materiais, equipamentos e veículos	(95)	(98)
Amortização	(2.423)	(1.527)
Créditos de PIS e COFINS	475	49
Custo de concessão	(552)	(394)
Custo de construção	(8.097)	(30.494)
Energia elétrica	(4.681)	(4.718)
Produtos químicos	(201)	(167)
Locação	(214)	(326)
Outros	(134)	(100)
	<u>(17.998)</u>	<u>(40.073)</u>

18 Despesas de vendas, administrativas e gerais por natureza

	2017	2016
Pessoal	(3.655)	(2.865)
Conservação e manutenção	(196)	(76)
Serviços de terceiros	(2.339)	(1.524)
Materiais, equipamentos e veículos	(367)	(167)
Amortização	(245)	(102)
Energia elétrica	(73)	(13)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(58)	(639)
Baixa de títulos do contas a receber	(946)	(1.870)
Seguros	(3)	(47)
Viagens e estadias	(209)	(288)
Provisão para contingências	(135)	(25)
Impostos taxas e contribuições	(221)	(232)
Locação	(487)	(473)
Publicidade e propaganda	(705)	(950)
Outras	(507)	(240)
	<u>(10.146)</u>	<u>(9.511)</u>

19 Resultado financeiro

	2017	2016
Rendimentos de aplicações financeiras	379	1.728
Juros e multa recebidos ou auferidos	1.173	382
Outras receitas financeiras	16	5
Receitas financeiras	<u>1.568</u>	<u>2.115</u>
Juros sobre debêntures	(5.958)	(7.241)
Juros sobre atraso em pagamentos	(6)	(60)
Despesas com IOF	(10)	(15)
Descontos concedidos	(25)	(10)
Despesas e comissões bancárias	(684)	(379)
Ajuste a valor presente de clientes	(13)	(92)
Impostos s/ receita financeira (PIS/COFINS)	(73)	(98)
Amortização dos custos atribuíveis sobre debêntures	(678)	(379)
Ajuste a valor presente de outorga	(243)	(435)
Despesas financeiras	<u>(7.690)</u>	<u>(8.709)</u>
Resultado financeiro	<u>(6.122)</u>	<u>(6.594)</u>

20 Imposto de Renda (IRPJ) e Contribuição Social (CSLL)

a. Imposto de renda e contribuição social correntes

A conciliação do IRPJ e da CSLL, calculados pelas alíquotas previstas na legislação tributária, com os seus valores correspondentes na demonstração do resultado. Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016, está apresentada como segue:

	2017	2016
Prejuízo contábil antes do imposto de renda e contribuição social	(3.930)	(9.951)
Alíquota fiscal combinada	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social pela alíquota fiscal combinada	<u>1.336</u>	<u>3.383</u>
Despesas indedutíveis - Bônus e PLR	(380)	(174)
Despesas indedutíveis - Outras	(176)	(87)
Imposto de renda e contribuição social:		
Diferido	<u>780</u>	<u>3.122</u>
Imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício	<u>780</u>	<u>3.122</u>
Alíquota efetiva	<u>20%</u>	<u>31%</u>

b. Composição e movimentação dos impostos diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis as diferenças temporárias entre a base fiscal de contas do resultado e seus respectivos registros contábeis em regime de competência.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos têm a seguinte origem:

	2016	Resultado	2017
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	658	19	677
Provisão para participação nos lucros	210	11	221
Provisão para contingências	9	(7)	2
Ajuste a valor presente de clientes	34	4	38
Ajuste a valor presente de outorga	148	83	231
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social	4.595	474	5.069
Ativo fiscal diferido	<u>5.654</u>	<u>584</u>	<u>6.238</u>
Juros capitalizados no intangível	(403)	(35)	(438)
Custo de captação em debêntures	(231)	231	-
Passivo fiscal diferido	<u>(634)</u>	<u>196</u>	<u>(438)</u>
Ativo fiscal diferido líquido	<u>5.020</u>	<u>780</u>	<u>5.800</u>

21 Instrumentos financeiros

Visão Geral

A Companhia está exposta aos seguintes riscos:

- Risco de crédito;
- Risco de liquidez; e
- Risco de taxa de juros.

Essa nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia sobre cada um dos riscos acima, os objetivos da Companhia, políticas e processos de mensuração e gerenciamento de riscos e gerenciamento do capital da Companhia.

Estrutura de gerenciamento de risco

A Administração da Companhia tem a responsabilidade pelo estabelecimento e acompanhamento das políticas de gerenciamento de risco da Companhia e os gestores de cada área se reportam regularmente a Administração sobre as suas atividades.

As políticas de gerenciamento de risco da Companhia foram estabelecidas para identificar e analisar os riscos aos quais a Companhia está exposta, para definir limites e controles de riscos apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites. As políticas de risco e sistemas são revistas regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia. A Companhia, por meio de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento busca desenvolver um ambiente de disciplina e controle no qual todos os funcionários tenham consciência de suas atribuições e obrigações.

Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de a Companhia incorrer em perdas decorrentes de um cliente ou de uma contraparte em um instrumento financeiro, decorrentes da falha destes em cumprir com suas obrigações contratuais. O risco é basicamente proveniente das contas a receber de clientes e de aplicações financeiras.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa, em 31 de dezembro de 2017, era de R\$ 1.992, representando aproximadamente 21,71 % do saldo de contas a receber em aberto naquela data. Em 31 de dezembro de 2016, esta provisão era de R\$ 1.934, representando aproximadamente 30,08 % do saldo de contas a receber em aberto naquela data.

Também, a Administração visando minimizar os riscos de créditos atrelados as instituições financeiras, procura diversificar suas operações em instituições de primeira linha.

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima ao risco de crédito como segue:

	2017	2016
Caixa e equivalentes de caixa	161	138
Aplicações financeiras	829	5.354
Contas a receber de clientes	7.185	4.495
	8.175	9.987

Garantias

A política da Companhia é a de fornecer garantias financeiras apenas para empresas do Grupo Aegea Saneamento, no exercício atual a Companhia não forneceu nenhuma garantia.

Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia.

Adicionalmente, são analisados periodicamente mecanismos e ferramentas que permitam captar recursos de forma a reverter posições que poderiam prejudicar a liquidez da Companhia.

Os quadros a seguir demonstram os riscos de liquidez por faixa de vencimento e refletem o fluxo financeiro da Companhia em 31 de dezembro de 2017 e 2016:

2017							
	Valor contábil	Fluxo financeiro projetado (incluindo juros)	Até 12 meses	13 a 24 meses	25 a 36 meses	37 a 48 meses	49 meses em diante
Passivos							
Fornecedores e empreiteiros	2.752	2.752	2.752	-	-	-	-
Contas correntes a pagar para partes relacionadas	70.140	70.140	-	-	-	-	70.140
Outras contas a pagar	6.707	6.707	4.060	1.591	453	432	171
	79.599	78.599	6.812	1.591	453	432	70.311

2016							
	Valor contábil	Fluxo financeiro projetado (incluindo juros)	Até 12 meses	13 a 24 meses	25 a 36 meses	37 a 48 meses	49 meses em diante
Passivos							
Fornecedores e empreiteiros	2.385	2.385	2.385	-	-	-	-
Debêntures	56.227	69.800	7.332	62.468	-	-	-
Contas correntes a pagar para partes relacionadas	13.792	13.792	-	-	-	-	13.792
Outras contas a pagar	5.839	5.839	535	3.960	429	398	517
	<u>78.243</u>	<u>91.816</u>	<u>10.252</u>	<u>66.428</u>	<u>429</u>	<u>398</u>	<u>14.309</u>

Não é esperado que fluxos de caixa, incluídos nas análises de maturidade da Companhia, possam ocorrer significativamente mais cedo ou em montantes significativamente diferentes.

Risco de taxa de juros

A Companhia está exposta a riscos e oscilações de taxas de juros em suas aplicações e em debêntures.

Na data das demonstrações financeiras da Companhia, o perfil dos instrumentos financeiros remunerados por juros era:

	Valor Contábil	
	2017	2016
Instrumentos de taxa variável		
<i>Ativos financeiros</i>		
Aplicações financeiras	<u>829</u>	<u>5.354</u>
Instrumentos de taxa variável		
<i>Passivos financeiros</i>		
Debêntures	<u>-</u>	<u>56.227</u>

A Companhia realizou análise de sensibilidade dos principais riscos aos quais seus instrumentos financeiros estão expostos. Para a análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros, a Administração adotou para o cenário provável as mesmas taxas utilizadas na data das demonstrações financeiras. Os cenários II e III foram estimados com uma valorização adicional de 25% e 50% respectivamente para os próximos 12 meses, já os cenários IV e V estimam uma desvalorização adicional de 25% e 50%, respectivamente para os próximos 12 meses, das taxas no cenário provável.

A tabela a seguir demonstra os eventuais impactos no resultado na hipótese dos respectivos cenários apresentados:

Exposição Patrimonial	Exposição	Risco	Taxa de juros efetiva a.a. 2017	Cenários				
				I Provável	II 25%	III 50%	IV -25%	V -50%
1- Ativos financeiros								
Aplicações financeiras	829	Variação do CDI	6,89%	57	71	86	43	29
1 - Exposição líquida	829			<u>57</u>	<u>71</u>	<u>86</u>	<u>43</u>	<u>29</u>

Exposição Patrimonial	Exposição	Risco	Taxa de juros efetiva a.a. 2016	Cenários				
				I Provável	II 25%	III 50%	IV -25%	V -50%
1- Ativos financeiros								
Aplicações financeiras	5.354	Variação do CDI	14,00%	750	938	1.125	563	375
2- Passivos financeiros								
Debêntures	(26.334)	Variação do CDI	14,00%	(3.687)	(4.609)	(5.531)	(2.765)	(1.844)
Debêntures	(29.893)	Variação do TR	2,01%	(601)	(751)	(902)	(451)	(301)
1 + 2 - Exposição Líquida	(50.873)			<u>(3.538)</u>	<u>(4.422)</u>	<u>(5.308)</u>	<u>(2.653)</u>	<u>(1.770)</u>

Classificação dos instrumentos financeiros

A classificação dos instrumentos financeiros está apresentada no quadro a seguir, e não existem instrumentos financeiros classificados em outras categorias além das informadas:

	Nota	Valor justo por meio do resultado	Empréstimos e recebíveis	Passivos pelo custo amortizado	Total em 2017
Ativos					
Caixa e equivalentes de caixa	4	-	161	-	161
Aplicações financeiras	5	829	-	-	829
Contas a receber de clientes	6	-	7.185	-	7.185
Total		<u>829</u>	<u>7.346</u>	<u>-</u>	<u>8.175</u>
Passivos					
Fornecedores e empreiteiros	10	-	-	2.752	2.752
Contas correntes a pagar para partes relacionadas	8	-	-	70.140	70.140
Outras contas a pagar	13	-	-	6.707	6.707
Total		<u>-</u>	<u>-</u>	<u>79.599</u>	<u>79.599</u>
2016					
	Nota	Valor justo por meio do resultado	Empréstimos e recebíveis	Passivos pelo custo amortizado	Total em 2016
Ativos					
Caixa e equivalentes de caixa	4	-	138	-	138
Aplicações financeiras	5	5.354	-	-	5.354
Contas a receber de clientes	6	-	4.495	-	4.495
Total		<u>5.354</u>	<u>4.633</u>	<u>-</u>	<u>9.987</u>
Passivos					
Fornecedores e empreiteiros	10	-	-	2.385	2.385
Debêntures	11	-	-	56.227	56.227
Contas correntes a pagar para partes relacionadas	8	-	-	13.792	13.792
Outras contas a pagar	13	-	-	5.839	5.839
Total		<u>-</u>	<u>-</u>	<u>78.243</u>	<u>78.243</u>

Valor justo

Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia não efetua operações com instrumentos financeiros derivativos com o objetivo de mitigar ou de eliminar riscos inerentes à sua operação.

Instrumentos financeiros “não derivativos”

Para todas as operações a Administração considera que o valor justo se equipara ao valor contábil, uma vez que para estas operações o valor contábil reflete o valor de liquidação naquela data, em virtude do curto prazo de vencimento dessas operações. Desta forma, os valores contábeis registrados no balanço patrimonial referentes aos saldos de aplicações financeiras, contas a receber, outros recebíveis, assim como contas a pagar e outras dívidas não divergem dos respectivos valores justos em 31 de dezembro de 2017 e 2016.

O comparativo entre o valor contábil e valor justo das debêntures em 31 de dezembro de 2017 e 2016 é demonstrado abaixo:

	2017		2016	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Passivos				
Debêntures	-	-	56.905	64.352

O valor justo das debêntures foram calculados projetando-se os fluxos de caixa até o vencimento das operações com base em taxas futuras obtidas através de fontes públicas (ex: BM&FBovespa e *Bloomberg*) acrescidas dos *spreads* contratuais e trazido a valor presente pela taxa livre de risco (pré DI).

Hierarquia de valor justo

Os diferentes níveis foram definidos como a seguir:

- **Nível 1** - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos;
- **Nível 2** - *Inputs*, exceto preços cotados, incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e
- **Nível 3** - *Inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

Apuração do valor justo

Nível 2 - As aplicações financeiras foram registradas com base no valor de resgate naquela data, representando o melhor valor justo.

A divulgação do valor justo das debêntures é classificada no nível 2 de hierarquia de valor justo.

Para os níveis 1 e 3, a Companhia não possuía nenhuma operação a ser classificada nas datas bases.

22 Compromissos vinculados a contratos de concessão

A Companhia deverá efetuar os pagamentos relativo a outorga da concessão conforme valores e condições mencionados na nota explicativa nº 13 - Outras contas a pagar.

A Companhia também possui compromisso mensal de pagamento ao Poder Concedente referente à taxa de regulação que corresponde a 3% da arrecadação mensal deduzida dos tributos sobre o faturamento.

* * *

Contador

Itamar Portela Camargo
CRC MS-010387/O5S-MA